timor leste

COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE

PUBLICAÇÃO MENSAL ANO XII PREÇO AVULSO: 100$00 Nº 126 JULHO 1996

O OUTONO DO PATRIARCA

Ao empurrar Megawati para a oposição extra-parlamentar, a oligarquia da Ordem Nova optou por empreender a violenta luta que implicará a escolha, no seu seio, do sucessor de Suharto

A natureza do regime indonésio, dito de Democracia Orientada, implica que a realização de um processo eleitoral se faça preceder de um conjunto de acções preventivas, de polícia, destinadas à limpeza do espaço político. Deste modo, do ponto de vista governamental, qualquer acto que conduza ao afastamento dos principais rivais políticos de Suharto constitui uma operação de mera rotina pré-eleitoral.

VELHAS RECEITAS PARA NOVOS TEMPOS

Este modelo ditatorial de actuação política, que se revelou eficaz no passado, tem-se, no entanto, demonstrado cada vez mais inadequado ao novo contexto social indonésio. Com efeito, nos últimos trinta anos a sociedade indonésia transformou-se radicalmente e as arbitrariedades cometidas pelas autoridades passaram, progressivamente, a ser sentidas com crescente indignação por um conjunto de grupos sociais emergentes, os quais se têm mostrado dispostos, e aptos, a ripostar contra o exercício ilegítimo do poder.

Sendo este o contexto actual da agitada vida política indonésia, as eleições gerais, a realizar em 1997, passaram a ser o núcleo em torno do qual se cristalizam os conflitos mais visíveis daquela sociedade, e na qual, desde Junho último, tem emergido a figura de Megawati Sukarnoputri.

MEGAWATI - UM NOME A RETER

Megawati, que é a filha mais velha de Sukarno, o primeiro Presidente da República Indonésia, deve a sua crescente popularidade política ao facto de ter sido ilegalmente afastada, por iniciativa do Governo e das Forças Armadas, em Junho último, da Presidência do PDI - Partido Democrático Indonésio.

As manobras que estiveram na origem da substituição de Megawati por Surjadi tiveram motivações evidentes. Por um lado ela, e a sua equipa, vinham imprimindo à prática política do PDI um estilo novo, mais aberto, mais interveniente, que vinha granjeando a este partido uma crescente simpatia popular como força decisiva da mudança democrática do regime. Por outro lado, o perfil de Megawati era o de uma mais que provável candidata à disputa, contra Suharto, das próximas eleições para a Presidência. Ora, dado que, segundo a legislação eleitoral indonésia, apenas se podem candidatar às eleições presidenciais os chefes dos três partidos legalizados, o afastamento de Megawati da liderança do PDI garantiria que Suharto, pela sétima vez consecutiva, poderia beneficiar do estatuto de candidato único às eleições para a Presidência da República (*The Economist*, 29/6/96).

Seguramente que tanto o Governo como as Forças Armadas terão avaliado as consequências políticas desta operação. No entanto, por mais elevados que fossem os custos esperados, a probabilidade de Suharto poder vir a perder o seu carisma de "escolhido por unanimidade", um elemento chave na cultura do poder na Indonésia, seria uma hipótese bem mais lesiva dos interesses da oligarquia dominante.

Deste modo, a opção governamental de promover a substituição de Megawati na direcção do PDI, no quadro da lógica da manutenção, a qualquer preço, do *status quo* político, apresentava-se como a mais racional (quanto ao processo de substituição de Megawati na chefia do PDI, ver *Timor Leste* nº 125, Junho de 1996).

Anunciam-se, no entanto, potencialmente altos os custos a suportar pelo poder pela tentativa de neutralização de Megawati que, conjuntamente com os seus apoiantes, tem mostrado grande determinação na luta contra o despotismo do regime.

Deste modo, uma das primeiras acções de resistência ao afastamento de Megawati traduziu-se na ocupação, por parte

neste número:

O OUTONO DO PATRIARCA

COMITÉ DE DESCOLONIZAÇÃO

NIKE: A OPRESSÃO CALÇA TÉNIS

dos activistas pró-democracia, 24 sobre 24 horas, da sede do PDI, em Jacarta. Desde então, quotidianamente, entre as 13 e as 17 horas, eram aí organizadas Reuniões Públicas, abertas à participação de todos os cidadãos, em que diversos oradores se dirigiam às centenas de pessoas que se deslocavam, todos os dias, à sede ocupada do PDI (*Tapol*, 24/7/96).

Para além das Reuniões Públicas, nas ruas das principais cidades do país os apoiantes de Megawati organizaram, com grande regularidade, manifestações de protesto contra a sua substituição, em que era exigida, designadamente, a democratização do sistema político.

Quanto a Megawati, a sua acção concentrou-se no estabelecimento de contactos políticos, muitos dos quais destinados a atrair a maior atenção internacional possível para a crise política aberta pela intervenção das autoridades na vida interna do Partido Democrático.

É neste contexto que deve ser concebida a conferência por ela efectuada, no início do mês de Julho, no Clube dos Correspondentes Estrangeiros em Jacarta, bem como a reunião e a subsequente conferência de imprensa dada por Megawati e Jesse Jackson, antigo candidato presidencial norte-americano e um activista dos direitos do homem, que se deslocou a Jacarta no quadro de uma campanha contra a política laboral das multinacionais americanas instaladas nos países mais pobres (*Sydney Morning Herald*, 23/7/96).

BRUTALIDADE POLICIAL

Não foi, no entanto, branda a reacção do governo às acções de resistência da oposição democrática. Reconhecendo apenas Surjadi, Vice-Presidente do Parlamento e substituto de Megawati na presidência do partido, como o único interlocutor no processo (Paul Jacob, *Straits Times*, 4/7/96), o regime de Suharto escolheu a repressão como única modalidade de tratamento dos partidários de Megawati.

A brutalidade com que as forças militares e policiais têm reprimido as acções de rua desde que o conflito teve início, já se tornou responsável por dezenas de mortos, um número incontrolável de feridos e várias centenas de detenções.

No que concerne a sede central do PDI, em Jacarta, embora as forças de segurança, desde o início da ocupação, tenha empreendido manobras de intimidação, a desocupação coerciva do edifício tornou-se inevitável a partir de 23 de Julho, data em que o Chefe da Polícia de Jacarta e o Comandante em Chefe das Forças Armadas proibiram a realização das Reuniões Públicas, declarando-as uma perturbação à ordem e um incitamento a actos de rebelião contra o governo (*Republika*, *Media* e *Kompas*, 23/7/96).

Apesar da natureza das acusações serem indicativas da intenção governamental de proceder, em breve, à desocupação do edifício, os apoiantes de Megawati, que apresentaram um protesto formal contra esta nova tentativa de intimidação ao Comandante em Chefe das Forças Armadas (*Tapol*, 24/7/96), em nada alteraram o calendário regular das actividades políticas que até então tinham tido lugar na sede do PDI.

A inevitável invasão da sede viria a ocorrer em 27 de Julho último (ver caixa *Cronologia da Cólera e da Fúria*).

COLIGAÇÃO PRÓ-DEMOCRACIA EM PERSPECTIVA

Esta resistência determinada às manobras do regime e à brutalidade das suas forças de segurança coloca Megawati numa posição de poder formar, em torno do projecto de democratização do sistema político, uma verdadeira coligação da oposição extra-parlamentar indonésia.

Para além do apoio implícito que resulta da assinatura, no

CRONOLOGIA DA CÓLERA E DA FÚRIA

No passado dia 27 de Julho, uma onda de violência, sem precedentes nos últimos 20 anos de vigência do regime de Suharto, assolou Jacarta, na sequência da invasão da sede do Partido Democrático Indonésio.

Os sinais de que a invasão da sede estaria eminente aconteceram entre as 3 e as 5 horas da madrugada, quando algumas centenas de militares, com cerca de 800 elementos civis pró-regime, se juntaram ao cerco.

As primeiras confrontações, antecedendo a invasão, aconteceram às 6.15 da manhã, quando elementos do cerco começaram a lançar objectos para o interior do edifício, no qual estavam cerca de 300 elementos apoiantes do PDI, barricados e isolados do exterior, sendo-lhes impossibilitada a saída pacífica e cortados os telefones.

Às 7 da manhã, veículos blindados e um reforço de militares chegaram ao local, intensificando a presença militar no local.

Às 9.00, quando uma multidão de apoiantes de Megawati convergia para a zona, deu-se o assalto à sede do PDI tendo este acto provocado um aumento e alastramento dos tumultos que entretanto se iam gerando, quer dentro, quer fora do edifício.

Pouco depois das 10 horas, várias ambulâncias acercaram-se do edifício, retirando vários mortos e feridos. Ao mesmo tempo, os apoiantes de Megawati, impedidos de chegar ao local, multiplicavam-se em confrontos com os militares presentes, os quais registavam enorme dificuldade em controlar a situação, tendo até feito uso de veículos blindados e 2 carros de água.

Às 2 horas da tarde, mais algumas dezenas de veículos de transporte de tropa chegaram ao local, na tentativa de ajudar a conter a multidão de apoiantes (então calculada entre 10 e 15.000 pessoas) que continuava a reunir-se livremente pelas ruas de Jacarta, em torno da sede do PDI. Por essa altura, os confrontos assumiram grandes proporções, não tendo sequer poupado um elemento do corpo diplomático da embaixada dos E.U.A..

Por volta das 4 da tarde a fúria da multidão orientava-se para outros alvos, tendo "*22 edifícios sido destruídos e incendiados*" (*New York Times*, 29/7/96), entre os quais se encontram "*3 grandes bancos, um departamento do Ministério da Agricultura, de 7 andares, e 2 instalações militares*" (*Washington Post*, 28/7/96), para além da destruição de "*91 automóveis*" (*New York Times*, 29/7/96).

O balanço final apontou para "*pelo menos 3 mortos (...) e 93 feridos*" (*New York Times*, 29/7/96), muito embora se estime que o número de mortos seja maior, em virtude do desaparecimento de muitas pessoas, "*158, receando-se seriamente que, destas, 28 possam estar também mortas*" (*Sydney Morning Herald*, 30/7/96).

início do mês de Julho, por 17 figuras públicas de uma petição que denuncia o uso da violência na vida política indonésia (*AFP*, 5/7/96), Megawati beneficia ainda do apoio expresso de um conjunto de mais de 30 ONG indonésias, de entre as quais de destaca a *Nahdlatul Ulama*, uma organização religiosa islâmica que reclama ter cerca de 30 milhões de membros (Gordon Fenney, *Agence American Press*, 12/6/96).

Assim, se na sequência do assalto à sede do PDI, apesar da acção judicial entreposta por Megawati com vista à anulação do Congresso ilegal do PDI (*AFP*, 4/7/96), o confronto com o Ministério do Interior e com as Forças Armadas, de um ponto de vista táctico, parece estar irremediavelmente perdido, numa perspectiva estratégica, a derrota de Megawati poderá constituir, caso venha a ser possível formar uma abrangente coligação das forças pró-democracia, o cimento de uma maior unidade da oposição ao regime de Suharto.

ELEIÇÕES ASSIM - NÃO!

Face ao clima generalizado de fraude eleitoral e de intimidação policial criado pelo Ministério do Interior e pelas Forças Armadas, desde o princípio do mês de Julho que algumas ONG indonésias começaram a colocar em questão a pertinência da realização das eleições gerais em 1997.

Deste modo, enquanto que o PIJAR, uma combativa organização juvenil pró-democracia, considerando que a intervenção ilegal do Governo no PDI e o consequente afastamento de Megawati são claros indicadores da intenção de manipular o processo eleitoral, propõe um boicote às eleições de 1997, o KIPP (Comissão Independente para o Acompanhamento das Eleições), estima que as eleições gerais deveriam ser adiadas devido à interferência governamental num dos três partidos políticos legalizados (*AFP*, 8/7/96).

Independentemente dos argumentos utilizados, é evidente que as ONG indonésias perderam a esperança, se algum dia a tiveram, na auto-democratização do regime. Com efeito, ao alienar a possibilidade de realizar, em 1997, eleições livres e democráticas, Suharto bloqueou a transformação natural e necessária da vida política indonésia, tendo perdido uma oportunidade de promover a transição pacífica de um regime em agonia, sem quaisquer perspectivas de evolução.

SUHARTO - UMA OPÇÃO DE CURTO PRAZO

Renunciar a esta possibilidade é, claramente, uma opção com pouco futuro por parte da oligarquia dominante indonésia.

Enquanto que Suharto é um homem de 75 anos que, aquando das próximas eleições presidenciais, terá perto de 77 anos, Megawati é uma mulher de 49 anos que, na qualidade de Presidente do PDI, protagonizou uma oposição inteligente ao governo e que, em consequência, poderia estar em condições de assumir a responsabilidade de conduzir um processo de transição, politicamente moderado, para uma era pós-Suharto.

Ao empurrar Megawati para a oposição extra-parlamentar, as elites (ou parte delas) do regime da Nova Ordem optaram por ficar dependentes da sobrevivência física de Suharto e por diferir, temporariamente, a solução dos problemas políticos suscitados pela questão da sua sucessão.

Assim, se Suharto morrer durante o actual ou o próximo mandato presidencial ou se, por qualquer motivo, não estiver em condições de se candidatar em 1998, face ao vazio político criado, muitos são os diplomatas estrangeiros e os observadores políticos que vaticinam um processo de sucessão subordinado a uma sangrenta luta política cujos actores prováveis são as diferentes facções das Forças Armadas, as múltiplas organizações de base políticas ou religiosas e os vários movimentos nacionalistas (Andreas Harsono, *American Reporter*, 4/7/96).

Do ponto de vista dos interesses da República da Indonésia, isto é, dos interesses das suas actuais classes dirigentes, este cenário de conflito generalizado parece anunciar tempos sombrios e preocupantes.

COMITÉ DE DESCOLONIZAÇÃO: PELA 35ª VEZ

Uma vez mais, no final de Julho passado, reuniu-se o Comitê de Descolonização das Nações Unidas. Desde 1961 que Timor Leste se encontra na agenda de trabalhos deste Comitê e é, neste momento, o mais populoso da lista de territórios não-autónomos em discussão.

Este ano, o número de peticionários ultrapassou as três dezenas, dos quais 2 eram timorenses defendendo a ocupação indonésia.

Estiveram presentes membros das organizações políticas timorenses, de ONG como a Amnistia Internacional, a *Asia Watch* e a *Pax Christi*, representantes da organização mundial *Parlamentarians for East Timor*, deputados dos 4 maiores partidos do parlamento português, bem como de cerca de 2 dezenas de grupos de solidariedade com Timor Leste dos 4 cantos do Mundo.

Muitos dos grupos participantes, no qual se inclui a CDPM, criticaram a ONU, na figura deste Comitê, pela manifesta incapacidade evidenciada no decorrer destes anos na obtenção de uma solução para o problema. Este ano, a questão da inoperância deste Comitê tornou-se ainda mais candente, perante a polémica levantada pelas declarações do seu Secretário (o embaixador papuano Utula Utoa Samana) ao jornal indonésio *Jawa Pos*, nas quais o embaixador, depois de uma curta visita de 3 dias a Timor Leste, disse que a presença das forças armadas indonésias no território são um factor muito positivo para o aumento do bem estar do povo timorense.

Estas declarações geraram um protesto generalizado, por parte de inúmeras entidades, tendo sido solicitada a confirmação das mesmas por parte do visado, já que punham em causa a idoneidade do Sr. Samana para o cargo que ocupava à frente do Comitê de Descolonização.

O embaixador papuano, não negando as citações surgidas nos jornais indonésios, acrescentou no entanto que a sua visão sobre o problema de Timor Leste não afectava o trabalho do Comitê e, tentando contrariar a polémica instalada, acrescentou que essas declarações somente reflectiam a posição do governo da Papua-Nova Guiné sobre a questão.

A OPRESSÃO CALÇA TÉNIS

A Nike, a do "Just do it", aplica à letra este seu apelo publicitário na exploração da mão de obra de países como a Indonésia. Com cumplicidades locais

A *NIKE* FAZ-TE SONHAR...

Atlanta está a ser o pretexto.

Nos espaços publicitários dos intervalos das competições, centenas de milhões de olhos hipnotizados seguem em todo o mundo as evoluções dos super-heróis dos tempos modernos no pequeno ecrã dos televisores. Imagens de sonho, grandes planos e contra-campos saídos das câmaras de Spike Lee Jones mostram os "afundanços" de Michael Jordan, os pontos salvos sobre a linha de Andrei Agassi.

Nas cidades americanas *outdoors* agressivos perguntam aos adolescentes dos bairro suburbanos: "*És um merdas?*". Não, claro que não, todos nos queremos identificar com o sucesso. E neste caso não há lugar a dúvidas, o sucesso vai nos pés destes atletas, são os ténis *Nike*.

O líder do mercado de equipamentos desportivos a nível mundial conhece bem o valor da imagem, faz acordos milionários com as grandes estrelas, 10 a 20 milhões de dólares anuais por cada contrato.

Tudo, para dar corpo ao sonho (e aos lucros fabulosos que a sua contabilidade ostenta).

... E TER PESADELOS

Desde os meados dos anos 80 que a *Nike* começou a abandonar o fabrico nos E.U.A., em procura de paragens mais promissoras. Os seus filmes publicitários não mostram, porém, os locais onde esses ténis são actualmente produzidos.

Mais de um terço vem da Indonésia, onde há pelo menos uma dúzia de empresas associadas da *Nike*. Como durante a revolução industrial do séc. XIX europeu, milhares de trabalhadores (parte deles crianças, em violação da idade mínima legal) empilham-se hoje em mega-fábricas subcontratadas pela *Nike* nos arredores de Jacarta, hangares gigantescos por vezes com mais de 8 mil empregados.

As condições de trabalho são penosas, as jornadas longas, o trabalho extra frequentemente não é pago, os salários são muito baixos. Mesmo para um país pobre como a Indonésia, as 5200 rupias - cerca de 350$00 - que um operário de uma destas fábricas ganha em média por dia, é insuficiente para assegurar uma vida decente. Permite no entanto fabricar por 5 dólares um par de sapatos desportivos que valerão na América ou na Europa 20 vezes mais.

Para garantir a perpetuação desta situação, os direitos sindicais na Indonésia foram reduzidos a mera cosmética, os sindicatos independentes proibidos, os seus dirigentes presos (como Mochtar Pakpahan) ou mortos (como a jovem Marshinah) e os militares intervêm normalmente nas greves.

TÉNIS & BOTAS DA TROPA

Apesar da *Nike* argumentar que a responsabilidade pelo que se passa nessas fábricas não é sua, já que se tratam de empresas subcontratadas, não é por acaso que todas elas são propriedade directa ou indirecta de militares e de gente do círculo próximo de Suharto.

Indera Nabanan, da ONG indonésia *Yakoma PGI*, descreveu recentemente as condições laborais nas associadas da *Nike* como "*escravatura*". Um outro especialista em questões do trabalho sediado em Jacarta indicou que tinha caixotes cheios de queixas relativas a abusos praticados nas empresas da *Nike*. Não é por acaso que um artigo de opinião publicado em 12 de Junho de 96 no *New York Times* se refere a esses locais de trabalho como "*sweatshops*" (suadouros).

BOICOTE

As relações privilegiadas que a *Nike* e outras multinacionais estabeleceram com as elites indonésias constituem um importante factor de sustentação do regime e de manutenção das condições de opressão dos trabalhadores indonésios. Lucros fabulosos de um lado, miséria e repressão do outro.

A opinião pública dos Estados Unidos, sede da *Nike*, tem-se revelado crescentemente critica em relação a este tipo de comportamento.

Um conjunto amplo de questões une hoje um leque muito diverso de actores sociais americanos, desde os activistas de direitos humanos e os defensores dos direitos das crianças, às organizações sindicais, passando pelas associações de empresários proteccionistas (defensores do "*Made in USA*"). Várias ONG lançaram este mês uma campanha que culminou, no dia 13, com a intoxicação das linhas de fax e de email da *Nike* com mensagens de protesto pela sua actuação na Indonésia.

A polémica tem transparecido nas páginas de jornais de grande circulação e estendeu-se já ao coração da companhia, com intervenções agressivas de grupos de *lobbying* nas assembleias gerais de accionistas.

Essa contestação começa a estender-se a outros países, incluindo Portugal - recordamos em particular a queima pública de artigos fabricados na Indonésia, realizada em 17 de Julho último (20º aniversário da "integração" de Timor Leste) no Terreiro do Paço, em Lisboa, onde se apelou ao boicote à compra desses produtos.

O que inclui os ténis *Nike*, os tais dos generais.

DIRECTOR: António Pinto Pereira PROPRIETÁRIO: Comissão para os Direitos do Povo Maubere SEDE: R. Pinheiro Chagas, 77-3ª E, 1050 Lisboa, Tel.: 352 8718, Fax: 353 4009
E-mail: cdpm@gn.apc.org; URL: http://cygnus.ci.uc.pt/~cdpm/index.htm
IMPRESSÃO: Grafis, Coop. de Artes Gráficas TIRAGEM: 1.000 ex. ASSINATURA ANUAL: 1.500$00 REGISTO DGCS nº 112094 DEP. LEGAL: nº 25317